

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E GESTAÇÃO INTERDISCIPLINAR DAS NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Luiz Gonzaga Baião Filho ¹

(Universidade Federal de Pernambuco/ Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a construção histórica das narrativas interdisciplinares do patrimônio cultural, ao colocar questões ligadas as ambiguidades teóricas e práticas deste último. Nesta perspectiva, toma como referência as possibilidades teóricas de pensar as relações entre história e arqueologia, perante o crescimento das noções de cultura material e imaterial (ou intangível) como formas de linguagem das ciências humanas e sociais no século XX. E de modo particular, aborda esta relação interdisciplinar pelos efeitos científicos, sociais e políticos do pensamento e da prática das diversas áreas do conhecimento, a partir da *gestação* da Serra da Capivara como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Palavras-chaves: Patrimônio – Interdisciplinaridade – Serra da Capivara

Résumé: L'objectif de cet article est de discuter la construction historique des narratives interdisciplinaires du patrimoine culturel, au placent des questions reliées les ambiguidades théoriques et pratiques de ce dernier. Dans cette perspective, prise comme référence les possibilités théoriques de penser les relations entre histoire et arqueología, devant la croissance des notions de culture matérielle et imaterial (ou intangible), comme des formes de langage des sciences humaines et sociales le siècle XX. Et de façon particulière, aborde cette relation interdisciplinar par les effets scientifiques, sociaux et politiques de la pensée et de la pratique des diverses zones de la connaissance, a partir de la gestation de la Sierra de la Capivara comme Patrimoine Culturel de l'Humanité.

Mots-clefs: Patrimoine – Interdisciplinarité – Sierra de la Capivara

INTRODUÇÃO

Nosso propósito com este artigo ² consiste em abordar a historicidade do problema da gestão e das fontes patrimoniais do Parque Nacional Serra da Capivara. Enquanto problema para o historiador nos possibilita compreender as tramas da política de preservação patrimonial no Brasil, ao apresentar uma historicidade dos usos, e em certos casos efeitos sociais, e porque não dizer de “gestação da história”, que sustentaram a formulação das narrativas do patrimônio cultural, com a emergência de novos territórios nos sertões do Brasil no final do século passado.

Os textos específicos que tratam da temática do Parque Nacional Serra da Capivara, sobretudo, dos estudos que propuseram abordagens a partir da relação entre preservação patrimonial e atividade cultural e turística, possuem um ponto comum que os aproximam – ressaltando as diferenças de perspectivas sobre o assunto – que é justamente o problema da

gestão patrimonial deste Parque Nacional. E de fato, dependendo das abordagens, as perspectivas tanto apontam para o equilíbrio e as vantagens entre a política da gestão patrimonial e a sustentabilidade econômica, desenvolvida na região da Serra da Capivara, quanto também verificam aspectos conflituosos no processo de demarcação e implantação do Parque, como na expropriação das comunidades locais, que anteriormente dependiam dos usos sócio-espaciais da área elevada por decreto à condição de Parque Nacional no ano de 1979.

O problema da gestão do território suscitou análises de diferentes pesquisadores e áreas do conhecimento, desde antropólogos, geógrafos, biólogos, estudiosos do desenvolvimento sustentável, enfim, dos historiadores. Com certa regularidade, apresentaram os principais conflitos de utilização do território, além de apontar as alternativas econômicas realizadas pelos gestores para minimizar as disparidades sociais nas comunidades situadas no entorno do Parque. De saída, observaram que o problema da gestão deve ser visto através das ações da gestão e das comunidades locais, e em seguida partir para uma avaliação dos conflitos com a implantação do Parque.

Outros trabalhos possibilitam também demonstrar certos indícios deste novo regime de historicidade, no âmbito das relações sócio-espaciais entre memória coletiva das populações locais e a gestão do patrimônio mundial, como no estudo realizado por Claudia Levy, intitulado *Gestão e usos do território*³. Todavia, antes de colocar em questão a historicidade do problema a partir da relação entre narrativa, tempo e patrimônio, compreendo que o estudo antropológico de Emilia Godoi⁴ sobre o campesinato sertanejo, pesquisa que trata justamente da existência de diferentes grupos sociais nesta mesma região, nos possibilita apontar o crescimento da categoria do presente quando nossa preocupação consiste em compreender sua relação com o patrimônio e a história.

Koselleck⁵ definiu em seus trabalhos o presente como a condição do tempo em que são articuladas as relações entre passado e futuro, ou mesmo entre campo de experiência e horizonte de expectativa na história, sobretudo de uma concepção do tempo como narrativa caracterizada por tensões entre texto e contexto, perguntas e respostas. Em diálogo com esta perspectiva teórico-metodológica, Hartog⁶ apresenta ao “nosso contemporâneo” em *Tempo e patrimônio*, sintomas e indícios de um fenômeno que poderíamos dizer resumidamente pela sentença “tudo é patrimônio”, que segundo ele tem provocado profundas mudanças e rupturas do ponto de vista do tempo, diretamente ligadas às orientações culturais no Ocidente e que até então sustentavam suas práticas políticas e sociais.

Daí vem esse olhar museológico lançado sobre o que nos cerca. Nós gostaríamos de preparar, a partir de hoje, o museu de amanhã e reunir os arquivos de hoje como se fosse já ontem, tomados que estamos entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. Para quem? Para nós? (2006, p.271)

Portanto, gostaria de falar sob um viés interdisciplinar, da relação entre a amnésia e o “não-esquecimento” provocada pelos efeitos deste olhar museológico, para assim pensar na gestação das narrativas da Serra da Capivara como patrimônio cultural da humanidade, que emergiram a partir da década de 1980. Inicialmente, é preciso analisar a interdisciplinaridade pelas suas relações com as chamadas ciências humanas e naturais, que no caso da Serra da Capivara apareceram das pesquisas realizadas por uma missão científica, “com enfoque interdisciplinar” (GUIDON, 2012). Segundo, que a interdisciplinaridade apesar de vista na maioria das vezes como método, técnica e/ou objetivo para superação de limites mediante a quebra da hierarquia dos saberes e conhecimentos, ao invés disso, também tem instituído seus próprios limites epistemológicos, ao erguer fronteiras, inclusive sociais. Isto nos faz pensar as práticas da interdisciplinaridade pelo caso específico da Serra da Capivara, de como o patrimônio cultural possui uma dimensão temporal e narrativa, portanto, *intangível*.

A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Recentemente, a arqueóloga Niède Guidon escreveu uma carta ⁷ onde ao sintetizar “o que é o Parque”, solicitava recursos financeiros fixos para assegurar sua preservação. A relação entre o patrimônio e a interdisciplinaridade é evidenciada no discurso da cientista, quando faz referência à história das pesquisas científicas.

“O tema da pesquisa, na região, foi definido como “O Homem no sudeste do Piauí, da Pré-História aos dias atuais. A interação Homem-Meio”, **com um enfoque interdisciplinar** (grifo nosso). Em 1978, ao fim dos trabalhos de campo, enviamos um relatório ao governo brasileiro, relatando a riqueza da região, seus sítios com pinturas pré-históricas e a necessidade de proteger todo esse **patrimônio** (grifo nosso)”. (Trecho extraído da carta)

Em um primeiro momento, percebemos se tratar de uma temática que requer uma abordagem da relação entre história e arqueologia, sobretudo por conta de inúmeras dificuldades emergirem pelo aspecto indefinido da interdisciplinaridade no campo das ciências humanas, ou pelo contrário, quando se torna extremamente específico sua utilização por diferentes correntes ou teóricos. Com efeito, não nos deixamos enganar, a interdisciplinaridade não trouxe consigo através de seus usos, a certeza de que a aproximação

entre disciplinas significou a caminhada do progresso científico, como uma espécie de teleologia. Talvez isso aconteça devido à crença na soberania do sujeito, da razão e da ciência, pelo fato de que no Ocidente ainda temos nos colocado como legítimos herdeiros do paradigma racionalista.

A interdisciplinaridade é um tema latente dos nossos tempos. Cada vez mais, historiadores e arqueólogos, principalmente no âmbito das ciências sociais, buscam uma aproximação entre si, com o objetivo principal de romper as fronteiras que separavam suas diferentes áreas do saber e disciplinas acadêmicas. Todavia, a prática da interdisciplinaridade também possui riscos e armadilhas que podem torná-la perigosa em relação a seus usos, como na tentativa de uma determinada disciplina se colocar no lugar, por excelência, do pensamento e da prática interdisciplinares, ou que ela busque alojar no seu discurso uma visão totalizante ou soberana das disciplinas nos domínios das ciências humanas.

Até o século XIX, a história era escrita basicamente a partir do estudo de textos, documentos, mas quando eles faltaram ao historiador, como ele passou a escrevê-la? Com quais fontes? Arqueológicas? A interdisciplinaridade entre arqueologia e história talvez seja de data recente, quando tomamos o estatuto da ciência moderna para falar delas, mas neste caso, é preciso deixar de lado por um instante qualquer anacronismo cometido quando estas são colocadas em relação uma com a outra. Vale salientar, que não nos interessa pensar a interdisciplinaridade como modelo de explicação totalizante, seja na arqueologia ou na história, se com isso buscássemos demarcar sua trajetória e seu sentido como sendo fruto da crença do progresso no campo científico.

Mais do que fazer dela um projeto e uma finalidade para a associação permanente ou mesmo para a manutenção de uma hierarquia necessária entre os campos ou áreas do conhecimento, talvez seja possível nos perguntar pelos mecanismos de seu exercício, pelas estratégias de seu funcionamento e pelas redes que interligam seus diferentes níveis. Enfim, trata-se de fazer com que a interdisciplinaridade seja um lugar ou um espaço para a experimentação dos limites ou das fronteiras entre as disciplinas, e principalmente uma forma de ir ao encontro das proibições que a mesma vem estabelecendo, pois se considerada por meio de procedimentos científicos, tudo indica que seja possível dizer que ela tanto proíbe, como também permite a relação entre disciplinas.

Neste sentido, foi que a arqueologia emergiu no campo das ciências humanas no século XIX, se diferenciando, por exemplo, da história, pela busca da definição de um campo e de um objeto de pesquisa próprios, apesar de que a história também possuía pressupostos científicos, pois havia estabelecido como primado de sua racionalidade tudo aquilo que estava

relacionado à escrita, principalmente, aos documentos escritos. Porém, mesmo que a ausência de documentos escritos colocasse limites ao fazer do historiador, a emergência da arqueologia em larga medida não ocorreu sem o uso da escrita, inclusive com o uso da escrita da história e da cronologia, de conceitos como tradição e evolução, e nesta perspectiva, poderíamos considerar a escrita como um conceito do campo da cultura material tão utilizado pelos historiadores e arqueólogos. Sendo assim, a cultura material emergiu como um campo de possibilidades teóricas e práticas, ao circunscrever as mudanças provocadas pela relação entre estes dois tipos de saberes, o que atualmente tem sido abordado pelo viés da interdisciplinaridade.

Com a interdisciplinaridade, tornou-se importante pensar como a linguagem de cada uma delas torna-se espaço para a experiência da outra, sem com isso garantir à ciência um lugar privilegiado e soberano. Seria a escrita esse lugar aberto e possível para o pensamento e a prática da interdisciplinaridade? Algo que nos coloca diante de um problema que afeta tanto o historiador como o arqueólogo? A história e as ciências humanas na segunda metade do século XIX foram sendo inventadas no interior de um pensamento evolucionista e historicista, que manifestava uma preocupação latente em responder através do uso de termos científicos a pergunta pelo o que é o homem, pela sua natureza histórica, biológica e cultural.

No bojo desta preocupação também podem ser destacadas a antropologia, a etnografia, a linguística, também a sociologia e a economia, como disciplinas interessadas em investigar, fundamentar, descrever, e necessariamente encontrar sob diferentes aspectos um *arkhê*, uma origem, um princípio como lugar seguro para o seu pensamento e a sua prática como ciência, em que esta última aparecesse como uma musa cobiçada pelas diferentes disciplinas, que nasciam ao mesmo tempo em que se formavam as ciências “do homem”⁸.

A interdisciplinaridade precisa ser praticada com vistas na sua positividade, não para mostrá-la somente de maneira orgulhosa como fruto da crença do progresso da ciência. Com isso, significa dizer que ela nos permite fazer deslocamentos no campo da linguagem das ciências humanas, ao fazer o historiador, o arqueólogo, irem de encontro aos limites que ela mesma estabelece. Marc Bloch⁹ dizia que os testemunhos, históricos ou arqueológicos, não falam quando não sabemos interrogá-los, pois dependem das perguntas que são formuladas pelo método crítico, que de maneira interdisciplinar também estava ligado aos domínios da arqueologia. Dessa forma, trabalhar de maneira positiva a interdisciplinaridade significa arrancar seus próprios limites, dizer como se deu a montagem da sua própria linguagem através das ciências humanas e naturais. Sem com isso ter a esperança de encontrar uma

identidade perdida ou mesmo sua fisionomia concreta, ela deve arrancar ou desalojar a ciência do seu lugar supostamente privilegiado.

Mas, afinal, por que a arqueologia vai ser crucial para o termo cultura material emergir como uma forma de linguagem do pensamento e da prática científica do século XX, cuja maturação epistemológica remonta há segunda metade do século anterior? Como compreender o exercício e o funcionamento das relações entre história e arqueologia através da interdisciplinaridade, quando as disciplinas são colocadas em relação umas com as outras? Enfim, por conta somente dos jogos de poderes e de saberes? Sim, mas não se deve apenas ao jogo das relações entre saber e poder, mas aos efeitos do seu funcionamento, os mecanismos de seu exercício e os diferentes níveis entre as disciplinas. A disciplina História (escrita com letra maiúscula) após a Segunda Guerra Mundial foi colocada, sobretudo por F. Braudel, como a mãe das ciências humanas, um projeto tentador em um mundo que disputava a corrida imperialista. Tal projeto girava em torno da Escola dos Annales, que se colocou como um movimento de superação da história tradicional, sendo que esta última primava pelas fontes escritas e oficiais, não estando aberta, portanto, para o pensamento e a prática da interdisciplinaridade.

Dessa maneira, poderíamos dizer que o pensamento e a prática da interdisciplinaridade resultaram da experimentação de um lugar que não vai se constituir exclusivamente como científico, nem tampouco apenas como social. A cultura material, e hoje a noção de cultura imaterial, são apresentadas como esses novos espaços da linguagem no campo das ciências humanas, que tem possibilitado romper o limite e a proibição que antes separava e hierarquizava, por exemplo, história e arqueologia, definidas e defendidas de modo separado através da presença ou da ausência da escrita, respectivamente. Há algumas décadas, os historiadores têm experimentado pensar teoricamente a própria linguagem que eles produzem como fonte de pesquisas, inclusive de pesquisas interdisciplinares. Em contrapartida, da relação com a história, podemos destacar as pesquisas do arqueólogo Jean-Marie Pesez¹⁰.

Pesez defendia que o termo cultura material teve sua gestação durante a segunda metade do século XIX, ligado principalmente a interdisciplinaridade entre a arqueologia e a história. Para Pesez, o termo só aparece em 1919 com a criação da Academia de História de Cultura Material da U.R.S.S por Lênin, e posteriormente, em outro país de regime socialista, a Polônia. Tais acontecimentos, não resultaram imediatamente numa definição evidente do termo empregado por arqueólogos e pré-historiadores, haja vista que as ligações com o

materialismo histórico tornaram indecisas as fronteiras entre a arqueologia e a história, por conta justamente do uso interdisciplinar do termo cultura material.

Acredito que as relações interdisciplinares no campo das ciências humanas, como entre a história e a arqueologia possam experimentar da própria linguagem que as constituíram, enquanto um campo de problemas colocados em termos práticos e teóricos pela emergência e usos dos termos cultura material e/ou *intangível*. Isto significa ver na interdisciplinaridade, o movimento de seu pensamento e de sua prática, que possui uma capacidade de romper com seus próprios limites ao experimentar da indecisão das fronteiras, como particularmente as que surgiram entre a história e a arqueologia. Porque não precisamos passar mais cinquenta anos, como dizia Pesez, “de uma interdisciplinaridade proclamada, porém nunca vivida”. Pois não se trata de fazer apenas novas perguntas para encontrar no fundo uma identidade que é sempre a mesma, um *arkhê* como atribuição definida da origem do Homem, sem se preocupar com os saberes que do presente se constituíram e se constituem na linguagem das ciências humanas e naturais.

Adiante, vamos tratar do pensamento e da prática interdisciplinares, abordando a relação entre história e arqueologia a partir da dimensão *intangível* do patrimônio cultural com a institucionalização do Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no sertão do Piauí.

NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO COMO GESTAÇÃO CULTURAL EM FINS DO SÉCULO XX

A partir do último quartel do século passado, já mergulhados neste momento de emergência do conceito de patrimônio cultural, assistimos há uma reviravolta nos estudos históricos, o que para outros foi renovação cada vez mais profunda e acelerada, o que não implica dizer que foi exatamente um movimento progressivo do campo científico¹¹. Alguns teóricos denominaram como sendo o “retorno da narrativa” aos domínios da historiografia e da teoria da história, apesar de que tal fenômeno não ocorreu apenas nestes dois últimos domínios, pois o movimento trouxe consigo mudanças no âmbito das ciências humanas. Em *Como se escreve a história*, Paul Veyne adverte que:

O enriquecimento de tópicos é o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer. A história não poderá, nunca, ensinar mais do que ensina atualmente, mas poderá, ainda, multiplicar as perguntas. Ela é, definitivamente, narrativa e limita-se a contar o que Alcebiades fez e o que lhe aconteceu. (2008, p.181)

Com a expressão, ou melhor, o movimento do retorno da narrativa, a história procurava refletir e agora de outra forma, sua condição de gênero e de escrita, e dessa maneira constantemente tem passado a investigar os problemas teórico-metodológicos de suas próprias categorias de pensamento, já que era com estas que ela buscava garantir racionalidade à explicação dos eventos humanos, sendo que explicar aqui tem para o historiador o sentido de “fazer compreender a trama” (2008, p.82). Dizia ainda Paul Veyne, e não se trata de filiá-lo ao movimento referido acima, que é por meio da narrativa que o historiador corta os eventos humanos em tramas, sem deixar, entretanto, de produzir constantes e perceber variações de temporalidades, quando estabelece distinções e semelhanças entre períodos e acontecimentos históricos, mesmo quando recorre a outros saberes com suas tipologias, conceitos e análises comparativas.

Após uma breve referência a importância da (meta?) narrativa para compreensão não apenas dos eventos históricos, mas da própria história como gênero e escrita, talvez nos seja possível relacionar o presente e a realidade social dos camponeses sertanejos com o passado e o futuro, ao articulá-los temporalmente a vaga de expansão e extensão dos usos do conceito de patrimônio, principalmente, quanto ao tempo presente daqueles que foram expropriados das terras para a criação do Parque Nacional na década de 80.

Afinal de contas, acredito na perspectiva de que por meio destes indícios e da nossa relação com o tempo, possamos compreender as configurações narrativas mediante a gestão de novos territórios nos sertões. Neste sentido, a gestão do Parque também tem sido produzida por conflitos pela memória e pelo patrimônio, sob o impacto de uma economia capitalista e de uma nova ordem do tempo marcada pelo presentismo, que tem transformado o patrimônio como a ordem do tempo presente, e suas mais variadas vertentes como o principal ramo da atividade turística ¹².

O território do Parque Nacional Serra da Capivara fica localizado nos sertões do Brasil, e abrange uma área de quase 130 mil hectares do bioma caatinga e suas variações naturais. Sua institucionalização está ligada à ação da Missão Franco-Brasileira ¹³ coordenada pela arqueóloga Niède Guidon. Instituição que passando a reunir pesquisadores de várias nacionalidades e de diversas áreas, teve como resultado a criação da Fundação Museu do Homem Americano (1986), o Museu do Homem Americano (1990) e a infra-estrutura construída pela gestão do Parque com vistas economicamente ao desenvolvimento da atividade turística na região, sendo que tais acontecimentos orientaram sua função social ao viabilizar a preservação ambiental e cultural do patrimônio.

Depois de reconhecida a importância cultural para preservação dos vestígios pré-históricos pesquisados das escavações na Serra da Capivara, instituições como FUMDHAM e IBAMA¹⁴ iniciaram um trabalho de cooperação em 1994 para gerir o Parque, o último com a responsabilidade e função de proteger os recursos naturais do país. Para orientar a gestão do Parque dentro da lógica da sustentabilidade tendo a atividade turística como principal eixo econômico, sobretudo com a presença marcante das populações e comunidades locais, foram desenvolvidos projetos comunitários nos arredores do Parque, nas áreas de apicultura, cerâmica, formação de guias, entre outros, com a finalidade de incorporar na gestão estas comunidades pela geração de emprego e renda, além de sensibilizar as populações quanto à proibição da caça de animais silvestres e o uso ilegal da área de preservação patrimonial dos sítios arqueológicos e do meio ambiente.

A criação do Parque Nacional Serra da Capivara se relaciona historicamente a política patrimonial no Brasil, que no século XX teve sua emergência durante o movimento modernista, e emanou do anteprojeto solicitado a Mário de Andrade pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Depois, o projeto foi modificado para publicação em Decreto com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no governo de Getúlio Vargas, em meio a um período marcado muitas vezes por um forte nacionalismo.

Ao longo dos anos que levaram a criação do Parque, a preocupação era preservar o meio ambiente e pesquisar a cultura (i)material pré-histórica, diante das desigualdades sociais já trazidas pelos impactos da economia de consumo do mundo capitalista em áreas rurais¹⁵. Todavia, teria com isso também instituído uma modernização que acentuou os conflitos pelos usos do território, principalmente pelas dificuldades de participação das comunidades locais? A gestão patrimonial local tem sido colocada também como problema da preservação do Parque Nacional Serra da Capivara?

Sob diferentes pontos de vista, outras perspectivas discutiram ainda a temática, enfocando os aspectos conflituosos ocorridos com a implantação do Parque. Como na abordagem de Sadia Castro¹⁶ em *Um olhar freiriano sobre a dura face da educação ambiental no sertão do Piauí*, que trabalhou com a memória dos conflitos entre agentes de fiscalização do IBAMA e moradores locais, por pressões ocasionadas pela política ambiental de proteção do Parque e do território. Castro considera que o problema da gestão reside na permanência deste conflito ao analisar os relatos dos caçadores, pois enquanto não houver uma relação dialógica entre as forças em conflitos, a tendência é continuar a existência do medo e da insegurança por parte das populações locais.

O diálogo com certa tradição antropológica, de pesquisar a realidade histórica através de fontes orais, através da valorização da oralidade e da voz, colocou as pesquisas sobre a temática nos trilhos de um olhar da história a contrapelo, já que o problema tem sido orientado para fazer compreender o problema da gestão a partir da participação ou até mesmo exclusão de grupos sociais, mediante determinadas proibições e permissões de usos do território. Como no estudo realizado pela geógrafa Claudia Levy, através do diálogo com *O trabalho da memória* da antropóloga Emilia Godoi, que inscreveram numa perspectiva histórica, geográfica e social a questão da sustentabilidade da população local, por intermédio da preservação ambiental e do turismo arqueológico da região do Parque Nacional.

Contudo, antes de se tornar Parque, o território era ocupado por populações camponesas que viviam cotidianamente e garantiam sua sobrevivência material, e que além das trocas econômicas e simbólicas, mantinham vivo no imaginário sertanejo uma memória inscrita no tempo e na história do lugar. Godoi expressou a história e o cotidiano de ocupação das terras, por meio do filtro das narrativas construídas pelos próprios camponeses através do trabalho da memória; quando justamente no momento presente de tensão provocado pelo espectro da expropriação com a patrimonialização do território, o *habitus* destes sertanejos foi pressionado pela memória coletiva, intensificando as relações de pertencimento ao território por meio de uma economia moral fornecida por este imaginário. Contudo, foi diferenciado o impacto da criação do Parque no povoado Zabelê em relação aos demais povoados, o que não significa minimizar o que aconteceu nas outras áreas. Segundo Godoi:

Vale lembrar que, contrariamente aos demais povoados constituídos por posseiros e apossados, o Zabelê é constituído exclusivamente por posseiros, e que o tempo presente aqui empregado refere-se a um presente etnográfico. Pois como já explicitamos na Introdução, com a implantação do Parque Nacional da Serra da Capivara, os camponeses foram expropriados e as unidades familiares dispersaram-se por várias outras localidades. Pode-se dizer que o material analisado na Parte 2 já adquiriu especial importância histórica diante da irredutibilidade a qualquer outra experiência do vivido social destes camponeses do sertão. (1999, p.98).

Depois disso, creio que possamos relacionar o problema da gestão do Parque e a maneira como vivemos o tempo, em particular a experiência deste tempo presente indo não na direção do futuro e do passado, mas por meio daquilo que Hartog denominou como presentismo, lugar “*onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer*”.

EFEITOS MUSEOLÓGICOS: A PRÉ-HISTÓRIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

Dos indícios, sintomas e sinais da pré-história, a missão científica orientava culturalmente a gestão conforme o princípio de que tudo é patrimônio, algo que posteriormente foi decisivo para a patrimonialização do território, através da importância histórica e cultural dos sítios arqueológicos, tombados como bens patrimoniais e declarados Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1991. A pré-história vista aqui sob o olhar e a lógica da preservação, inclusive de proteção dos ecossistemas em forte crescimento no nosso tempo, tem ao mesmo tempo produzido narrativas pelos efeitos do olhar museológico e dos usos sociais do patrimônio. Empregamos esta concepção de olhar museológico para refletir a historicidade do problema da gest(aç)ão e das fontes patrimoniais do território. Portanto, o que fazem as ciências, neste caso, em condições legitimadas pela interdisciplinaridade, e que usos têm adotado em suas práticas e seus princípios?

Algo que parece óbvio, que o primado da preservação patrimonial no e do Parque fosse, sem dúvida alguma, o patrimônio arqueológico e pré-histórico. Este tem representado não apenas uma evidência de importância cultural e científica, e dessa maneira também política nas relações de força estabelecidas em conflitos com o problema da gestação *imaterial* do território; e ao mesmo tempo significa uma profunda “vontade de nada esquecer” do passado de um território de povos pré-históricos, como identidade *par excellence* a ser preservada como patrimônio cultural no e do território, investida, direcionada e sancionada pelos interesses internacionais, com a organização do espaço para a atividade turística.

Em relação aos efeitos dos usos sociais do patrimônio cultural praticados em meio há conflitos pelo território, envolveram historicamente disputas para demarcação e domínio das terras que constituem a área do Parque, principalmente através da violência simbólica empregada para a expropriação das populações locais, algo que contradiz os próprios princípios constitucionais ¹⁷ da preservação ambiental e cultural do país, sobretudo de participação política, através de conselhos consultivos na gestão da área transformada em unidade de conservação ambiental. Neste sentido o problema da gestão tem sido analisado, mais pelos seus resultados e impasses sejam vistos como positivos ou negativos ¹⁸, sem, contudo, problematizar a gestação do patrimônio cultural, neste caso, por um novo regime de historicidade.

Já a amnésia provocada no tempo presente pela relação entre passado e futuro de patrimonialização do território da Serra da Capivara, foi produzida pelos usos de uma concepção de patrimônio que o valoriza de maneira ambígua, menos em sua diversidade do que unidade, quando pensamos a questão da identidade cultural, sobretudo a questão do

tempo histórico produzido pelas narrativas. Neste sentido, as narrativas e descrições científicas no e do território, de como viviam os grupos humanos pré-históricos na América, tornaram a interdisciplinaridade soberana, quando analisamos neste caso o crescimento em fins do século XX da categoria de patrimônio? Dessa forma, o pensamento e as práticas interdisciplinares possibilitaram a emergência de novos territórios e temporalidades nos sertões do Brasil a serviço da atividade turística. Segundo Funari, na escolha para preservação natural e cultural do patrimônio no Brasil:

apesar do valor positivo desses projetos, pautados pela transformação do patrimônio em áreas de interesse turístico, a implantação de programas dessa natureza deve escapar à tentação de reduzir o patrimônio [...] dissociando toda a fruição dos bens culturais da memória social e histórica. (2010, p.54)

Depois de apontado indícios pelos efeitos dos usos sociais deste olhar museológico da história-patrimônio a serviço da atividade turística, ao nos referirmos a uma realidade de usos e práticas sociais do patrimônio cultural, é possível perceber que a historicidade do problema da gestação e das fontes patrimoniais no Parque Nacional da Serra da Capivara, deve ser formulada tendo em vista este mesmo regime de práticas científicas, culturais e políticas, que “circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento”. (1996, p.129). Assim, formulada no interior do novo regime de historicidade, a gestação cultural do território do Parque enquanto linguagem da experiência temporal que articula passado e futuro do território, o produziu como um espaço de onde são formuladas as metanarrativas do patrimônio cultural. Portanto e capazes potencialmente de colocar ordem no tempo presente, de estabelecer novas configurações e experiências do tempo, como na tentativa de construir narrativas do patrimônio cultural na longa duração, da pré-história aos nossos dias ¹⁹.

Todavia, Godoi vai mostrar através do uso de um filtro “etnográfico”, *outra história* e o cotidiano produzidos pela memória coletiva de camponeses no sertão do Brasil. Neste sentido, as narrativas do patrimônio produzidas pela gestação política, científica e cultural do território da Serra da Capivara, tendem a transformam as diversas experiências do tempo histórico em museu da humanidade, que terminam por construir uma semântica universal para explicação do tempo e dos diferentes ritmos espaciais da experiência humana, da pré-história até a presente situação no e do território do Parque.

A principal preocupação com esta problemática consistiu em fazer compreender a trama, ou melhor, a historicidade de um regime de práticas culturais, que circularam na construção de uma identidade pré-histórica *par excellence* para novos territórios nos sertões do Brasil, especificamente, por meios das narrativas interdisciplinares da Serra da Capivara

como patrimônio cultural. Narrativas que simbolizam os efeitos científicos deste mesmo regime de trabalho e de pensamento interdisciplinar, e que direcionam seus usos sociais principalmente para a atividade turística. Significa dizer também, que com a patrimonialização, o território da Serra da Capivara tem assumido no tempo novas dimensões sócio-políticas, que permitem e também proíbem a participação de diferentes grupos e das populações locais na gestão do patrimônio cultural.

Mas afinal, como relacionar a corrida pela proteção e preservação do patrimônio, início dos nossos tempos, abordando somente este caso enquanto problema da gestão cultural do patrimônio pelo historiador? Realmente, de que forma aparece a questão da historicidade dos bens patrimoniais enquanto fonte para ampliação do questionário através da escrita da história? Não se tratava de postular a necessidade de escrever neste caso uma história do tempo presente²⁰, mas, sobretudo de colocar em questão a presença do presente no tempo da investigação histórica e até mesmo pré-histórica, inclusive do presente que vivemos, sem é claro com isso buscar torná-lo onipresente. Como um presente que não passa, e por isso presentismo, as metanarrativas da Serra da Capivara foram formuladas e orientadas culturalmente por uma noção de patrimônio como museu da humanidade, de preservação do território para a atividade turística e as gerações futuras²¹.

Vestígios do passado, tanto as pinturas rupestres como os sítios arqueológicos do Parque e de modo geral as fontes²² pré-históricas são demasiadamente humanas enquanto bens patrimoniais escolhidos, pois já se encontram de partida carregados de historicidade quando são tratadas como fonte pelo historiador. Por conseguinte, uma identidade, evolucionista e progressista, vem sendo formulada pela gestão cultural deste território alinhada ao topos do novo regime de historicidade. Identidade que se encontra presente nos conflitos pelos usos sociais do patrimônio cultural, algo que inclusive torna problemático para o historiador fazer compreender as tramas do tempo e da narrativa na história do patrimônio cultural brasileiro.

Nas considerações finais deste artigo, gostaria de me referir ao ofício do historiador como narrador e a questão da narrativa histórica, principalmente do primeiro enquanto artesão do tempo, capaz de produzir narrativas no presente que possibilitem articular passado e futuro. Aqui e agora, é imprescindível falar de Walter Benjamin, quando do ano de sua morte questionava em suas teses (*Sobre o conceito de história*) as forças que garantiam racionalidade ao topos de uma história moderna, sustentadas por uma idéia de inevitabilidade da realização do progresso na história da humanidade. Em *Experiência e pobreza*, Benjamin formulou a seguinte pergunta: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a

experiência não mais o vincula a nós?” (1994, p.115), para dizer em seguida que nossa pobreza de experiência fez surgir uma nova barbárie.

Assim, o pensamento e a prática da interdisciplinaridade tornaram possível teorizar o emprego dos conceitos de memória e patrimônio, para se referir à política de preservação, ou propriamente da gestação do patrimônio material e *intangível* nos sertões do Brasil, e que por sinal não dizem respeito apenas a construção de uma identidade nacional ou mesmo regional, mas a universalização do patrimônio como pertencente à história da humanidade. Afinal, como metanarrativa, é fundamentalmente também fruto de descrições naturais e culturais do território, produzidas no tempo presente por diversas ciências tanto humanas, como naturais.

A “nova barbárie” que Benjamin via como o lampejo de um raio está mergulhada nesta trama histórica, indício deste olhar museológico que nos cerca e que está presente nos perigos de viver um passado que não passa, e um futuro que não nos trouxe segurança e expectativas do que vemos pela frente. Por fim, aqueles que pensam e praticam a interdisciplinaridade fica a seguinte pergunta: quem inventou o primeiro Homem? Nós? Talvez possamos encontrar indícios de seu pensamento e de sua prática em fontes patrimoniais, mesmo que ainda de maneira indiciária e não-factual. Portanto, de modo *interdisciplinar...*

NOTAS

¹ Doutorando em História (UFPE) e professor assistente (UFRPE).

² Este artigo é resultado da nossa reflexão proveniente de duas apresentações em eventos acadêmicos, a primeira numa comunicação intitulada *Narrativas do patrimônio cultural e(m) gestão territorial dos sertões do Brasil em fins do século XX*, no V Encontro Cultura e Memória: História, Narrativa e Patrimônio promovido entre 28 a 30 de setembro de 2011 pela linha de pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Já a segunda foi uma participação numa mesa-redonda com o tema *Arqueologia e sua interdisciplinaridade*, no IV Encontro regional de estudantes de arqueologia do Nordeste (EREARQ-NE) ocorrido entre 28 de Maio e 02 de Junho na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Agradeço ao historiador e professor Sidrac Santana, pelas discussões e inúmeras críticas que contribuíram para pensar a força e o poder da narrativa na construção histórica do Parque Nacional Serra da Capivara como patrimônio cultural.

³ LEVY, Claudia. *Usos e gestão do território: conflitos sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

⁴ PIETRAFESA DE GODOI, Emilia. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. São Paulo: UNICAMP, 1999.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticas*. Palestra transcrita, traduzida e editada por Manoel Luiz Salgado Guimarães, Estudos Históricos, vol.5, nº 10, p. 134-146, 1992.

⁶ HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. VARIA HISTORIA, B.H., v.22, nº36, p. 261-273, Jul/Dez, 2006.

⁷ Carta enviada pela arqueóloga Niède Guidon ao senador petista Eduardo Suplicy, datada de 07 de Março de 2012. Site: www.ufrgs.br/nuparq/news. Acesso: 20/04/2013.

⁸ FOUCAULT, Michel. Aula de 28 de Janeiro de 1976. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria E. de A. Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁰ PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, J. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.177-213.

¹¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília, D.F: UnB, 2008.

¹² *Ibidem* (2006).

¹³ Franco-Brasileira é o termo utilizado para designar estas relações internacionais, como possui o sentido de conjunto de pesquisadores reunidos pelas práticas interdisciplinares.

¹⁴ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), hoje se chama Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio). Este último que trabalha em co-gestão com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) na preservação do Parque.

¹⁵ *Ibidem* (1999).

¹⁶ CASTRO, Sádía. Um olhar freiriano sobre a dura face da educação ambiental no sertão do Piauí. In: Ercilia Olinda (org.). *Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire*. Fortaleza, CE: UFC, 2006.

¹⁷ Para um olhar do tema a partir da relação entre direito ambiental e a política patrimonial no Brasil, ver a tese de doutorado em Direito (UnB) defendida em 2009 por Maria Sueli Rodrigues de Sousa intitulada *O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiologia da complexidade constitucional*.

¹⁸ Vale destacar dois trabalhos que discutiram o passado mais recente do território e a patrimonialização. São eles ARRUDA, Moacir Bueno. *Conservação, ecologia humana e sustentabilidade na caatinga: estudo da região do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997, e OLIVEIRA, Ana S. de Negreiros. *Catingueiros da borracha: vida de maniçobeiro no sudeste do Piauí*. Dissertação de Mestrado. Pernambuco: UFPE, 2001.

¹⁹ O link Patrimônio Cultural do site: www.fumdam.org.br/patrimonio_cultural.html, define que “todos os povos originários da área do Parque foram exterminados pelos conquistadores brancos e, deles, hoje, só nos resta o que a arqueologia consegue descobrir”. (acessado em 20/04/2013).

²⁰ A respeito da relação entre patrimônio e política cultural, ver FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: a trajetória da política de preservação patrimonial no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

²¹ Sobre as pesquisas que abordaram a gestão tomando como ponto de vista os efeitos científicos do patrimônio e seus usos turísticos, podemos citar YAZIGI, Eduardo. *Saudades do futuro*. S.P: Plêiade, 2009, e TRESSERRAS, Jordi Juan (org.). *Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. Brasília: 2009.

²² FUNARI, Pedro P. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. S.P: Contexto, 2010.